

OE2026 e a visão dos capitães da Indústria – Por Gabriel Rocha

written by Gabriel Rocha | 1 de Outubro, 2025



Recentemente, foi endereçada ao PM e ao seu governo, pela “Associação Business Roundtable Portugal”, isto claro, em vésperas de apresentação do orçamento de estado para 2026.

O nome pomposo da associação que supostamente é composta por 142 empresários de sucesso, alicerça a maioria das suas propostas, de acordo com a experiência deles num sector muito lucrativo – o turismo. A ideia pressupõe pegar no que foi feito no sector do turismo aos restantes sectores geradores de riqueza.

É uma visão algo romantizada para não dizer ingénua. Eu pergunto-me, como aplicar por exemplo a desburocratização que

eles pretendem, em sectores como a construção, a saúde ou até mesmo em termos de segurança social.

O turismo cresce a olhos vistos, no entanto, os ordenados mínimos continuam a ser aplicados, muitas das vezes por colaboradores sazonais, que têm mais do que um emprego. O próprio ordenado médio anda muito abaixo do que seria de esperar para uma "indústria de sucesso".

Com a infinita promessa de que desta forma os salários iriam subir e aumentar assim o poder de compra, alegam que em poucos anos poderia ser uma dos 5 países mais ricos da Europa. Confesso que, nessa parte eu ri-me só um bocadinho.

É certo que o turismo contribui com 11,9% para o PIB nacional, mas daí a ser a última bolacha do pacote, ainda vai uma distância. O único ponto em que estou de acordo com eles, é o facto do estado ficar com 62% do aumento sobre os salários mínimos, a ser custeado pelas empresas.

Daquele grupo, a única pessoa que realmente deve estar preocupada com o real aumento do poder de compra dos colaboradores será Rui Miguel Nabeiro (Delta cafés), que continua com orgulho o trabalho do seu falecido pai o comendador Rui Nabeiro.

O resto são empresas de telecomunicações, bancos e afins, que afirmam que querem uma coisa, mas fazem o seu contrário. Se estes senhores realmente

tivessem algum poder, na forma como o país deveria ser administrado, tempos muito negros estariam a chegar para os trabalhadores.

Concordando sempre, como já referi, na questão dos impostos, devo dizer que também concordo com a simplificação dos licenciamentos nos restantes sectores, mas aí está a questão. Será que foi correcta a forma, como foram atribuídas licenças a torto e a direito para alojamentos locais e facilitar o

aluguer de quartos a preços exploratórios? É que esses são alguns dos casos que a legislação foi simplificada, mas não sem criar contestação.

De qualquer das formas, este governo parece-me decidido a decidir o OE de forma autista, não é propriamente com este grupo de governantes que iremos ter aberturas ou conciliações, basta ver como correm as coisas em termos de concertação social.

Um dos 5 países mais ricos da Europa soa tão bem numa carta, não é verdade?